

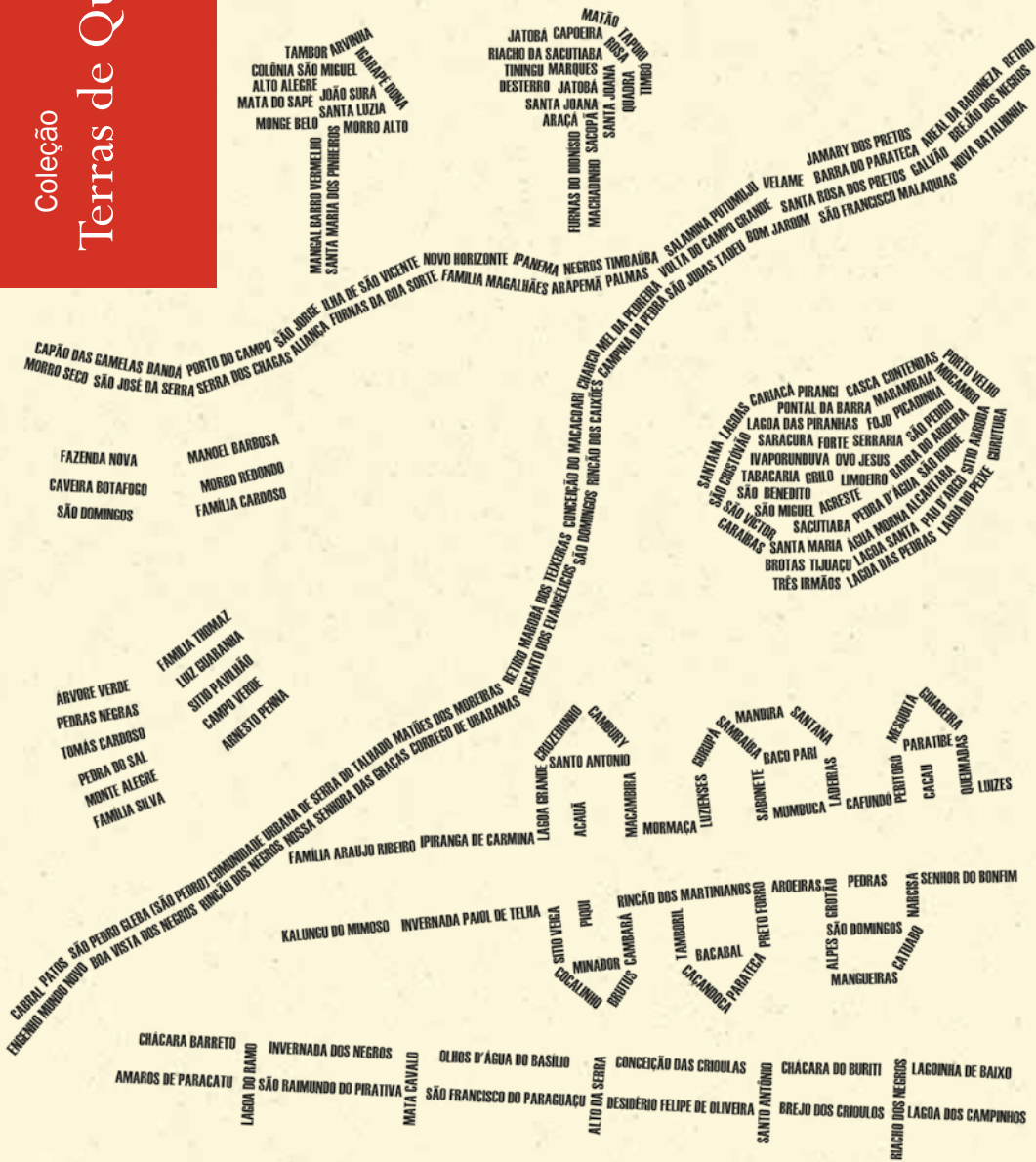


Coleção

# Terras de Quilombos

São Paulo

# Comunidade Quilombola Galvão



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola de Galvão

Situado nos municípios de Eldorado e Iporanga, o Quilombo de Galvão faz parte de um conjunto maior de comunidades negras rurais do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. A comunidade tem cerca de 140 pessoas, distribuídas em aproximadamente 30 famílias. Em 1999, os quilombolas fundaram a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Barra do São Pedro do Bairro Galvão e em 2007 conseguiram a titulação de parte do território, 1.942,83 ha de terras devolutas, ficando pendente uma fração de 291,5 ha ocupados por um terceiro.

O Vale do Ribeira, onde estão ocupados mais de 60 quilombos, guarda um importante corredor biológico formado pela maior área remanescente de Mata Atlântica do Brasil. Em 1999, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência



e a Cultura (Unesco) considerou a região como Patrimônio Natural da Humanidade. Além disso, o Vale é marcado por uma grande diversidade cultural. Prova dessa riqueza foi o lançamento em 2013 do Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira, estudo que reuniu informações culturais de 16 comunidades quilombolas da região, incluindo o Quilombo de Galvão. Foram identificados 180 bens culturais, sendo 29 celebrações, 24 formas de expressão, 23 ofícios e modos de fazer, 75 lugares e 29 edificações.

Alguns desses patrimônios culturais estão localizados no Quilombo de Galvão. Dos patrimônios da categoria “lugares” estão registrados o Rio dos Pilões, o Rio São Pedro, o Sítio do Cantão e o Caminho dos Pilões. Na categoria “edificações” foi registrada a Igreja Nossa Senhora de Aparecida e, nas “celebrações”, a Folia de Reis e a Bandeira da Folia do Divino, dentre outros.

A ocupação indígena do Vale do Ribeira é anterior à chegada dos portugueses. O Vale servia de passagem para índios que, evitando o inverno no planalto, iam para a região onde encontravam locais bons de pescar. Com o início da colonização, a região foi uma importante área de refúgio para os indígenas perseguidos por bandeirantes escravagistas. Entre os séculos 16 e 18, as áreas colonizadas já usavam algum trabalho escravo, tanto de indígenas como de negros trazidos à força principalmente de Angola, Moçambique e Guiné, na África.

No século 18, a descoberta do ouro marcou o início do primeiro grande fluxo colonial do Vale do Ribeira. Até o início do século 19 a atividade minerária baseada na mão de obra escrava, sobretudo negra, foi a maior atividade econômica da região. No início do século 19, a atividade minerária foi substituída pela atividade agrícola – especialmente a produção de arroz – destinada ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, sede da Corte Imperial. Como na mineração, a empresa agrícola também se baseava no trabalho de escravizados negros.



Centro comunitário e igreja em Galvão.

Foto: Felipe Leal/ISA

## Terra, trabalho e família

A fundação do Quilombo do Galvão está ligada à do Bairro de São Pedro, antigamente chamado de *Lavrinha* (por ter sido uma lavra de ouro). Galvão e São Pedro formavam um único grupo de parentesco e ocupavam um mesmo território contínuo. **A origem do povoado negro remonta a Bernardo Furquim, que chegou à região onde hoje se localizam os quilombos de Galvão e São Pedro, possivelmente em 1833, e lá encontrou outras pessoas que também tinham escapado da escravidão.**

Dona Jovita Furquim de Souza, bisneta de Bernardo e liderança quilombola, lembra de parentes mais velhos narrarem como Bernardo chegou à região com outros escravizados e suas companheiras em fuga, o percurso de escolha e o desbravamento do lugar. Também descreve como os que estavam no lugar de Pedro Cubas os ajudaram, doando sementes e passando informações sobre a região.

Em 1954, eu vi duas mulheres mais idosas conversando sobre a fuga de Bernardo Furquim e seus companheiros do escravo [da escravidão]. Eram eles Bernardo Furquim, Benedito Machado dos Santos e Antônio Machado dos Santos. Mulheres eram Rosa Machado dos Santos, Perpétua e Coadi. A Coadi era amante dele. Eles viajaram muitos dias pela mata e, ao chegar à beira da Ribeira, eles não conseguiram atravessar. Eles seguiram a margem esquerda.

Ao chegar ao Pedro Cubas, eles encontraram um acampamento que já estava ali. Tomando conhecimento, era também um escravo, mas Bernardo e seus companheiros não quiseram ficar por ali. As mulheres estavam abatidas e os cavalos cansados. O homem disse a eles: “Se vocês seguirem mais dois dias de viagem na mata encontrará uma vargem muito bonita, já conheço lá. Dá para vocês fazerem um acampamento e ficarem lá. Tem um rio muito bonito e tem muito peixe conforme o que eu vi lá. Quando vocês cultivarem a terra, venham aqui buscar semente e muda de café”. Assim, eles seguiram com mais coragem.

Chegando à vargem, eles acamparam na beira do rio, viram que tinha peixe e resolveram fazer armadilha para caçar peixe porque

não tinham mais alimento. Só tinham sal e gordura de carneiro para cozinhar palmito na panela de barro para se alimentar. Com o peixe, deu mais certo. Eles fizeram peneira, jequi e cesto de cipó para as mulheres caçarem peixe. Esse rio termina no Ivaporunduva. Enquanto as mulheres pescavam, eles roçavam e derrubavam a mata. Assim, eles conseguiram descortinar três alqueires de chão. Quando deu queima, eles foram buscar no Pedro Cubas as sementeiras: arroz, feijão, milho, café, cana, cará de espinho. Ali eles conseguiram se formar de todo o serviço de roça e também começaram a nascer seus filhos. Parteira eram elas mesmas servindo uma à outra.

Na região da Barra de São Pedro, Bernardo e seus companheiros iniciaram o plantio e beneficiamento de café, mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão, hortaliças, legumes e frutas. Começaram a criar gado e construíram uma fábrica de aguardente e outra de pilar arroz.

Bernardo Furquim era um homem arguto. Usou diversas estratégias para não ser capturado. Entre as táticas de resistência, mudou de nome pelo menos duas vezes: para Bernardo Machado Santos e Bernardo Furquim de França. Além desses estratagemas tratou de constituir numerosas famílias. Conta-se que Bernardo Furquim teve em torno de 25 filhos com diversas mulheres, sendo esses filhos responsáveis pela ocupação da região, como conta Dona Jovita:

O Bernardo foi caçando mulheres para outros lugares, trazendo, fazendo cantina. Como aqui na Barra do São Pedro, aqui foi a maior vila dele. Aqui ele conseguiu uma máquina de farinha, roda d'água, aqui ele conseguiu um monjolo de pilar arroz, de pilar milho para transportar farinha de milho, uma fábrica de pinga. Cá no centro, nesse córrego que atravessa ali na pontinha, lá em cima era a fábrica de pinga dele. E com essa filharada que ele teve, a cada filho foi dando um pedacinho de terra.

Segundo Benedita Furquim Rodrigues, também bisneta do fundador, Bernardo acolhia também outros escravizados em fuga. Os descendentes de Bernardo, bem como os acolhidos, se casaram entre si e com pessoas de outros povoados negros do Vale do Ribeira.



O modo particular de ocupação territorial quilombola foi sendo instituído a partir do estabelecimento de laços familiares, da fixação de residências no local e das trocas e das transmissões de conhecimentos através das gerações.

O território de Galvão (bem como o de São Pedro) foi sendo formado pelas ocupações estabelecidas com base nas relações de parentesco iniciadas por Bernardo Furquim e prosseguida por seus descendentes. **As terras recebidas de herança, somadas aos casamentos, tornaram possível a permanência de novas gerações e a resistência da comunidade.** A acolhida inicial, as trocas de informações sobre a região, empréstimos de ferramentas, doações de mudas, sementes e os casamentos solidificaram um extenso sistema de trocas entre os descendentes de Bernardo Furquim e os demais grupos negros da região.



## Mutirão, romarias e danças

A agricultura de coivara foi praticada desde a formação da comunidade. Essa técnica agrícola mostrou-se harmônica com o ambiente e garantiu a vida comunitária de modo sustentável em meio a uma relativa abundância de terras. “Nesse tempo, ninguém ligava, numa capoeira boa, que a gente via que dava para fazer uma roça boa ali, qualquer um chegava, roçava, ninguém ligava”, conta Dona Catarina.

O trabalho agrícola, ainda hoje, está apoiado em um saber que conserva características da época do fundador e é marcado por profundos conhecimentos sobre a natureza e seus ritmos. Inclui o conhecimento a respeito dos tipos de solos mais corretos para cada uma das diversas culturas, a época do ano e a fase da lua mais apropriada para o plantio e para a colheita.

A lida com a terra é feita também nos mutirões, nos quais as famílias trocam ajuda com vizinhos e parentes. No passado, alguns mutirões chegaram a contar com a participação de mais de uma centena de pessoas, que, ao final das colheitas, eram agraciadas pelo dono da roça, em troca do serviço realizado, com refeições e bailes. O mutirão compartilha um sistema em que a lida com a terra, o lazer e a vida comunitária estão entrelaçados.



Roça de mutirões no Galvão. Foto: Maurício Carvalho/ISA



Até os anos 1970, os bailes após os mutirões eram animados por várias danças. Entre elas, a dança do chapéu, a dança do dai-mão, o fandango e a dança da mão esquerda. “A mão esquerda unia só aqueles pares que sabiam a dança”, conta Dona Anísia Dias Morato. “Sai rodeando pela casa falando: ‘Olha a mão esquerda!’, aí a pessoa troca o par. Troca de par várias vezes durante a música, depois volta tudo ao mesmo par. No baile começava com forró e depois virava na mão esquerda.” Ou ainda a dança da cobrinha, em que os participantes do baile formavam uma fila de mãos dadas e saíam serpenteando primeiro pelo salão e depois pelo terreiro. A chamada cabeça da cobra puxava o ritmo e estilo e as outras pessoas o acompanhavam no caminho por ele traçado.

Entre outras formas de lazer presentes na vida da comunidade, destacam-se os jogos de futebol – muito praticado pelos jovens, que contam com um campo construído em um dos mutirões –, e os bailes, que hoje são organizados para arrecadar fundos para as melhorias na comunidade.

As festas religiosas são outro importante momento de confraternização comunitária. Dentre elas, se destaca a de Nossa Senhora Aparecida, celebrada em maio, ocasião em que se realiza a missa, a procissão e a quermesse. Segundo os quilombolas, a escolha de maio – e não outubro, mês normalmente consagrado à Santa – é uma forma de homenagear a sua padroeira junto com as mães, pois maio é o mês de celebrações da Virgem Maria. Também é uma maneira de não coincidir com as festas que outras comunidades do Vale do Ribeira organizam para celebrar Nossa Senhora Aparecida, realizadas principalmente em outubro:

O padre celebra a missa por volta de 4 horas da tarde e 8 horas começa a quermesse. Tem bingo com prenda de assados, vende bebida, bolo de fubá, steak, coxinha. (...) fazemos a procissão. Pega numa altura ali da estrada e vem vindo pra igreja. (...) Faz uns 4 anos que a gente parou. No dia da reza, as pessoas iam para igreja e levavam a imagem da santa para o lugar onde começava a procissão. O padre chegava e dava início à procissão. Chegavam na igreja com a imagem da santa, colocavam no meio da igreja.

Daí rezava a missa (se tivesse padre) ou o terço se não tivesse padre. Tinha leilão de prenda, os assados, e depois rodava no baile. Bem no passado naquela noite não dançava, era só leilão, porque no dia continuava o leilão. E depois, a tarde do domingo é que se reuniam de novo depois do almoço e dançavam.

(Jovita Furquim de França, 68 anos, em depoimento para o Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira. ISA, 2013).

Outra celebração bastante apreciada em Galvão é a Festa do Divino. Em geral os celebrantes associam essa festa ao pagamento de promessas feitas para São Gonçalo. O circuito da bandeira do Divino passa pelas casas católicas dos Quilombos de Galvão e de São Pedro. A bandeira sai da paróquia na cidade de Eldorado, passa por São Pedro e segue para Galvão. Outro festejo relacionado à Festa do Divino é o chamado Encontro de Bandeiras, que ocorre em cidades da região, como Eldorado e Iporanga, e conta com a participação dos bairros rurais e quilombolas, cada qual com a bandeira de sua comunidade.

Outra prática religiosa que os mais velhos gostam de rememorar são as romarias. “Quando tinha romaria, convidava o bairro todo, juntava um povaréu”, lembra Dona Catarina Maria dos Santos. “Quando sabia de uma promessa de São Gonçalo, quem não ia ficava até sentido porque gostava muito, era muito bonito. Agora não tem mais mestre por aqui, ele ia cantando o que tinha que fazer.”

Outra celebração religiosa bastante apreciada no Quilombo era a Folia de Reis que deixou de ser realizada nas últimas décadas. Para os moradores mais velhos, resta a lembrança saudosa do percurso de visitas às casas da comunidade, no período entre os dias 24 de dezembro e 06 de janeiro:

Era uma brincadeira que a pessoa tinha de pedir o presente. Antes do Dia de Reis a pessoa pedia presente pra outra, “pedia o rei”. Se eu dava um presente pra você, que você pediu, quando fosse devolver no ano seguinte dava um presente de valor mais alto.

(Jovita Furquim de França, idem).

Bastante afamada na memória dos mais velhos do Quilombo é a celebração chamada de Recomendação das Almas. O festejo ocorria

durante a Quaresma, sempre no período noturno, momento em que realizavam procissões com a finalidade de encaminhar as almas dos mortos à luz e às portas do Céu, para que não ficassem vagando na Terra.

Na Recomendação a gente saía pelo bairro, saía na boca da noite e ia nas casas, ficava até umas 10 horas. Combinava de fazer na Semana Santa, agora, a derradeira mesmo era na sexta feira maior. A gente fazia na conta de umas 12 casas. Às vezes também em lugar de tapera, de gente que morreu. Chegava nas casas, quando era perto da estrada, chegava na encruzilhada do terreiro, batia a matraca ali e o pessoal acordava, mas ficava só dentro de casa. A gente cantava ali as orações, tinha até a reza que hoje não faço. Era uma coisa muito bonita, entoada por Deus. Era para reconseiar as almas, era obrigação que a gente rezasse por elas, porque aquelas almas que muitas vezes morreram sem nem saber um Pai Nosso, uma Ave Maria, um Salve Rainha, a gente rezava por elas. Já faz uns 40 anos que não tem mais.

(Catarina Maria dos Santos, idem).

Até os anos de 1980, a comunidade de Galvão não possuía uma igreja. As atividades religiosas eram realizadas em um cruzeiro de madeira coberto de sapê, que se localizava no caminho do Sítio Carvão. **O Cruzeiro era o local onde se celebravam as missas, casamentos, crismas, batizados, catecismos e as rezas em datas santas.** “Aqui em Galvão, a gente celebrou a Santa Cruz até uns quatro ou cinco anos atrás. Daí a igreja foi mudada de lugar e ainda a gente não fez. Colocamos a cruz na frente da igreja (...) Então, no 3 de maio não estamos fazendo nada.” (Jovita, idem).

Prática também valorizada entre os quilombolas de Galvão é a contação de histórias, que podem se referir a fatos ocorridos com parentes, compadres e conhecidos – chamados de causos – ou a narrativas míticas, como a história do negrinho d’água e a mãe do ouro, entre várias outras:

São histórias que eu ouvia. Minha tia me contava, de noite, juntava umas 3 ou 4 pessoas pra conversar e ela contava. Sentava no pé do fogo, em dia de frio, em dia de puxirão, para contar histórias.

(Armanda Neves dos Santos, idem).

Além dos saberes ligados à lida na terra, os quilombolas de Galvão são famosos por sua excelência no ofício de fazer canoas e casas de pau a pique. São tradições passadas de pai para filho: “Aprendi olhando, praticando, vendo os mais velhos fazer, a partir dos 7 anos de idade. Aprendi nas roças da família” (Ademir Aparecido Morato, idem). Outro fazer bastante estimado pelo grupo é a pesca, principalmente a feita com anzol e a pesca realizada com a rede de espera:

Primeiro você arma a rede, amarra numa árvore, num capim, qualquer coisa. Deixa ali e no outro dia vai ver. Na rede pega mais curimba, às vezes algum robalo, agora tem menos aninhá, mas antes era o que mais tinha aqui. Hoje não está tendo, diminuiu a quantidade de peixe que tem no rio, principalmente aninhá.

(Arminda Neves dos Santos, idem).

## Aliados na luta pelo território: Galvão e São Pedro

Galvão não era o nome original do povoado, e sim “Bairro da Barra do São Pedro” – como ainda é chamado pelos moradores mais antigos. Passou a ser conhecido como Galvão em 1981, quando a prefeitura construiu uma escola no bairro. O novo coordenador da escola, que não era do lugar, confundiu o nome de um sítio próximo ao centro do bairro chamado Carvão – pois era onde ficava a fábrica de carvão de Bernardo Furquim – com o nome de toda a localidade e, considerando a pronúncia local, apelidou o lugar de Galvão.

As alterações no cotidiano da comunidade de Galvão acentuaram-se a partir dos anos 1960, devido à abertura de estradas na região. Essas construções faziam parte de um plano estatal de infraestrutura para atrair indústrias agropecuárias para a região. A estrada ligando a cidade de Iporanga a Eldorado, por exemplo, alterou a convivência entre as comunidades da região, pois interferiu em suas territorialidades e nas áreas

limitrofes entre elas, bem como na relação com o meio ambiente. Os quilombolas contam que a estrada alterou, por exemplo, o processo de extração do palmito por ter facilitado o escoamento da produção. De manejo exclusivo dos quilombolas a extração do palmito passou a ser realizada, principalmente, de modo predatório por empreendedores externos à comunidade.



A chegada das estradas também facilitou o acesso de pessoas estranhas à região, deflagrando um processo de luta pela posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas. **O auge desses conflitos ocorreu nos anos 1980, quando um fazendeiro comprou uma área na região conhecida como Tiatã – limite entre as comunidades quilombolas de Galvão e São Pedro – e no processo de ocupação da propriedade teria grilado outras áreas adjacentes.**

Auxiliado por jagunços, o fazendeiro pressionou os quilombolas de várias formas, inclusive soltando gado nas terras da comunidade. Os quilombolas denunciam as alterações causadas pelo fazendeiro como sendo a causa da divisão do território da Barra do São Pedro em dois quilombos. Os aproximadamente 290 hectares grilados pelo fazendeiro estão localizados a meio caminho entre os quilombos de Galvão e São Pedro. O lugar que era antes de passagem e constante circulação entre eles foi interdito pelo proprietário. Uma antiga moradora do Sítio Tiatã detalha como o fazendeiro agia com os quilombolas:

O homem foi tão rústico que montaram por cima de nós com criação, com porco, com cavalo, chamadas justiça, ia à delegacia toda semana, foi tirando a nossa força e chegou ao ponto que ele quis

fazer despejo para nós de dentro da terra. (...) inclusive correu atrás do meu marido e do meu filho de lá da fazenda dele até a nossa terra, lá em cima. Ele correu atrás do meu marido com a espingarda, ele com a mulher e a filha e o irmão dele com espingarda, com facão. Se desentenderam lá na picada porque ele tinha colocado fogo na casa do meu primo. Meu primo estava para a capova [capoeira] e a casa dele ficou para nós repararmos [tomar conta] enquanto ele estava para a capova colhendo arroz. E nesse momento ele veio tão atormentado de São Paulo e chegou lá colocando fogo na casa.

Além do Sítio Tiatã, outras terras foram também expropriadas do Quilombo Galvão. As terras situadas na margem direita do Rio Pilões, o Sítio do Capitão Mor e o Sítio Tavares, também foram tomados dos quilombolas. A perda dessas terras resultou na diminuição de áreas agricultáveis e na restrição de uso de uma antiga trilha que fazia a comunicação entre os bairros de Pilões e Maria Rosa, com os quais, há mais de um século, os quilombolas de Galvão mantêm relações de parentesco.

Em reação a esse processo violento, a comunidade de Galvão e São Pedro, com o apoio da Pastoral da Igreja Católica e do Movimento Negro, formou uma associação de moradores que conjugou as lutas por seu território com a defesa de suas práticas tradicionais. Os quilombolas de Galvão constituíram, assim, a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Barra do São Pedro do Bairro Galvão, com a senhora Jovita Furquim de França como primeira coordenadora. Posteriormente, com o objetivo de facilitar a titulação territorial, as comunidades de Galvão e São Pedro decidiram pela divisão da associação e pela constituição de dois territórios separados, porém vizinhos: o Quilombo de Galvão e o Quilombo de São Pedro.

Os moradores de Galvão ocupam atualmente uma área na margem esquerda do Rio Pilões, onde estão distribuídos em 31 casas. Duas dessas casas estão localizadas em capuavas (capoeiras) das proximidades, porém fora do território reivindicado pela comunidade.

No começo dos anos 2000, a maioria das famílias plantava feijão, milho, mandioca, batata-doce, cará e hortaliças para o próprio consumo. As principais áreas de cultivo eram as roças localizadas no Sítio Tiatã e as chamadas estreitas, que são as áreas que margeiam o Rio Pilões e a estrada que liga a comunidade com o Bairro São Pedro.

O trabalho com a horta e a pesca era, no começo dos anos 2000, feito prioritariamente pelas mulheres, pois os homens, devido à falta de terras agricultáveis, trabalhavam para terceiros, preferencialmente nas fazendas das redondezas. No caso de trabalharem em fazendas mais próximas, fazem um deslocamento diário da comunidade para o trabalho. Para os que trabalham em fazendas mais distantes, é preciso dormir fora, e o convívio com a família fica restrito ao retorno esporádico de apenas uma ou duas vezes por mês.



Dona Jovita Furquim  
Foto: Maria Celina, 2001



Orgulhosos de sua história, os moradores de Galvão somam força com outros quilombolas do Vale em uma luta que comunga a defesa de sua autonomia, a valorização de conhecimentos tradicionais e um programa de conservação e uso sustentável da Mata Atlântica. A titulação de seu território, articulada a projetos e programas como o “Quilombo Vivo” (que inclui uma biblioteca comunitária), o artesanato de palha de bananeira e a apicultura, prometem aos quilombolas de Galvão um futuro digno. Sua resistência se baseia em um sentimento de pertença a um lugar no qual estão guardados a sua história, suas raízes, seus fazeres e modos de vida.



Esta narrativa foi composta por Carlos Eduardo Marques e Gabriel Nascimento com base no Relatório Técnico Científico sobre a Comunidade de Quilombo de Galvão elaborado em outubro de 2000 por Maria Celina de Carvalho. Informações adicionais foram obtidas do Relatório Técnico Complementar Quilombo da Barra do São Pedro do Bairro Galvão, elaborado por Homero Martins, Mara Duarte, Marcelo Pacitti e Pedro Rocha. Foi também consultado e são citados trechos do “Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira”, do Instituto Socioambiental (ISA), 2013. As fotos são de Maria Celina de Carvalho, Felipe Leal e Mauricio Carvalho.

# Uma palavra da comunidade Galvão

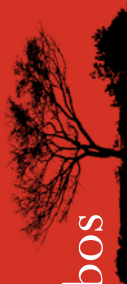
Nós começamos a luta na comunidade em 1980, a trabalhar coletivamente entre as duas comunidades: Galvão e São Pedro. Tínhamos plantações de arroz, banana, café, feijão, cana. Na época, eu, Jovita, tinha 40 anos na conquista da terra. A Pastoral da Terra, representada pelas irmãs Ângela e Sueli (também advogada dos quilombos), foram orientadoras da associação do quilombo. Antigamente fazíamos mutirões para cuidarmos da terra, mas hoje não fazemos mais. Pois para podermos fazer precisamos de liberdade no nosso território.

Nossa maior conquista até hoje foi a fundação da associação, e nossa maior dificuldade foi quando o “terceiro” invadiu o nosso território e até agora estamos tendo que conviver com esses “insetos contagiosos” na nossa comunidade. Chamamos de “terceiros” todo tipo de invasor de terras quilombolas e que devem ser retirados do território durante o processo de titulação. No caso, os invasores podem ter diferentes formas (latifundiários, empresas, mineradoras etc.), mas as mais comuns são fazendeiros que se apropriam indevidamente das terras.



Dona Jovita Furquim, Seu Jabor França e os grãos de arroz para secagem. (Acervo Pessoal de D. Jovita Furquim)

Texto escrito por Dona Jovita e Dona Jacira, presidente da Associação do Quilombo Galvão, com a participação de Maura Paz, psicopedagoga e mestre em psicologia social.



# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

|                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| PARCERIA                             | INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ  |
| COORDENAÇÃO GERAL                    | Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima,<br>Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação<br>Lucinda, Leonardo Avritzer                            |
| CONCEPÇÃO DE TEXTO<br>E EDIÇÃO FINAL | Deborah Lima   |
| EDIÇÃO DE TEXTO                      | Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva   |
| SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS            | Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques   |
| CONSULTA ÀS COMUNIDADES              | Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves,<br>Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro,<br>Suely Virgínia dos Santos |
| ADMINISTRAÇÃO                        | Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins  |
| MAPAS E FOTOGRAFIAS                  | Alexander Cambraia N. Vaz  |
| PROJETO GRÁFICO                      | Paulo Schmidt  |

S237q Santos, Gabriel Nascimento da Silva  
Quilombo de Galvão / Gabriel Nascimento da Silva Santos, Carlos Eduardo  
Marques. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e delimitação sobre os  
remanescentes da comunidade de Quilombo Galvão – SP, de Maria Celina  
Pereira de Carvalho.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Carvalho, Maria Celina Pereira de.  
Relatório técnico de identificação e delimitação sobre os remanescentes da  
comunidade de Quilombo Galvão – SP. I. Marques, Carlos Eduardo II. Título.  
III. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF  
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS  
Ministro de Estado do  
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO  
Secretária Executiva do Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários  
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO  
Coordenadora do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA  
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS  
Coordenação Geral de Políticas para  
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN  
Presidenta do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO  
Diretor de Ordenamento da  
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico  
Superintendências nos estados

# A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

